



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

PRESIDÊNCIA CLEVER ALVES MACHADO

Aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2024 ocorreu em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link reunião: [https://drive.google.com/file/d/199nUpvOAOH3WvJUqjtoKs9r-NpHeBg\\_f/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/199nUpvOAOH3WvJUqjtoKs9r-NpHeBg_f/view?usp=sharing), presentes os conselheiros (as) **Cléver Alves Machado** (SEDESE) Subsecretaria de Direitos Humanos; **Erika Soares Martins** (SEDESE); **Fernanda Alves Batista** (SEDESE/Espportes) **Nayara de Castro Dias** (SECULT) **Fabio Cesar Araújo Costa** (SEJUSP) **Ciro Cesar de Carvalho** ( SES ); **Fátima Cristina Pinto** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); **Amanda Pereira dos Santos** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); **Anna Karla Ribeiro Silva** (SEAPA ); **Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues** (SEDE) **Helen de Oliveira Nunes** ( SEPLAG ); **Ana Evangelista**( Indômitas ); **Jose Antônio ventura** ( Vovó Ana ); **Maria Eunice Ferreira Gama** representando Fundação Conscienciarte; I - Justificativas dos conselheiros ausentes: **Valdinalva Barbosa dos Santos**- Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos, **Jaime Eduardo Cohen Aronis**- Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, **Elzelina Dóris dos Santos** - Secretaria de Estado de Educação – SEE. II – Convidados: Maria dos Reis Guilhermina de Jesus representando a SEDE; Aaron Duarte Dalla (SEINFRA); Henrique Mariz – BHR; Marco Drumond (TRACTEBEL - BRAZIL); Luciana Melo (TRACTEBEL - BRAZIL); Sofia Chaves Cardoso Eleutério (SEINFRA); Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva (UEMG). Danielle Vasconcelos (SEDESE). III - Suporte Técnico: Elenir Rios, secretária executiva do CONEPIR e Maria Judite de Rezende Vieira, técnica da Secretaria Executiva CONEPIR, Gilberto Viana (CTIC/CDH/SUBDH). IV - Verificação do quórum: Às 14h: 35 min, o Presidente Cléver verifica se há quórum e pede a Elenir Rios que faça a leitura dos nomes dos conselheiros presentes e após, a leitura dos nomes dos conselheiros que justificaram ausência. O Presidente dá continuidade à reunião com boas vindas a todos (as). V - Pauta: 14h15 às 14h30 - Verificação de quórum; 14h30 às 14h40 - Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária do dia 20 de dezembro de 2023; em seguida aprovação da pauta da reunião; 14h40 às 14h45 – Apresentação da SEINFRA para prestar esclarecimentos sobre o chamamento público para consulta prévia, livre e informada para construção do Rodoanel; 14h50 às 15h – O Racismo na Saúde Mental: Participação da Coordenadora e Especialista em Política e Gestão da Saúde Mental no Estado de Minas Gerais - Taynara Fátima Silva. Após a apresentação das pautas o presidente passa a palavra ao secretário da SEINFRA sobre o chamamento público para consulta prévia, livre e informada para construção do Rodoanel, com o Secretário Aaron Duarte Dalla, que inicia dando boa tarde aos demais presentes, dizendo ser uma honra estar falando sobre o Rodoanel, que iniciaram com a assinatura do contrato, e estão trabalhando na produção desses estudos, voltados especificamente para o licenciamento ambiental, então nós tivemos 2 grandes marcos ano passado. O primeiro deles foi justamente a execução desses estudos que está em fase final e a pretensão é de que a gente protocole os estudos no final de fevereiro e que é a gente avance também com a parte da questão da consulta livre, prévia e informada. E também tivemos a aprovação do traçado do Rodoanel. Foi licitado traçar diretrizes e a concessionária fez um estudo e, apontou algumas melhorias pontuais, algumas adequações que foram ajustadas dentro desse traçado. Todo esse projeto do Rodoanel está sendo conduzido aqui dentro da Seinfra, pela Subsecretaria de Transporte, a Subsecretaria que hoje eu estou ocupando juntamente com a Sofia, que é da nossa equipe, está aqui para nos apoiar. A concessionária que venceu o processo de licitação é uma concessionária italiana, que chama INC e aqui no Brasil utiliza o nome de BHR Belo Horizonte Rodoanel. A gente preparou aqui para vocês uma apresentação sobre o projeto, o que vem sendo feito e ao final da

apresentação quem quiser se manifestar e fazer algum comentário. Vou passar a palavra para o Henrique, que é da concessionária, para ele, poder apresentar o que a gente preparou. Henrique agradeceu ao subsecretário e tb ao presidente Cléver. Obrigado, pela oportunidade de apresentar aqui o nosso projeto eu tenho uma apresentação, em slides, que foi apresentada a plenária. Bom, o Rodoanel metropolitano de Belo Horizonte é uma parceria pública privada patrocinada, a concessionária vencedora do leilão é a Rodoanel bhs que nós chamamos de BH e o investimento total do projeto são 50.000,00. O contrato foi assinado no ano passado. Como o Aarão colocou em 30/03/2023, ele teve a data de eficácia com 13/06/2023 o prazo total de concessão são 30 anos e considera agora essa fase de planejamento, engenharia, projeto, implantação e a devida operação da rodovia. É dentre os benefícios esperados, nós temos ali a maior mobilidade dentro da malha viária do estado, reduzindo assim o tempo de deslocamento, principalmente no transporte de pessoas e cargas pesadas, é uma rodovia que vai trazer mais segurança para esse transporte regional. Uma rodovia de classe zero no DENIT, é uma classe bastante elevada, de qualidade e é esse empreendimento vai trazer mais desenvolvimento, e oportunidade de crescimento de toda a região metropolitana, reduzindo assim o trânsito dentro da região metropolitana e desviando esse trânsito pesado da área da área urbana que nós transitamos e assim trazendo mais oportunidades para geração de novos empregos e novos negócios. O traçado do Rodoanel é quem não tiver visualizando também corretamente, vendo um dispositivo menor, ele está disponível no site da bhr e também no site da Seinfra. Então nós temos aqui a imagem do traçado sobreposto, a mancha urbana metropolitana de Belo Horizonte e ele estão divididos aqui, basicamente nas alças norte e oeste, alça norte, por sua vez, em laranja, se inicia no município de Sabará, na região de Ravenna. Ela passa por Santa Luzia, passa por Vespasiano aqui, atravessando mg 20 mg 10. Atravessa também mg 424. Ali, chegando próximo a São José da Lapa, chega a entrar em São José da Lapa, ali no seu extremo sul do município, passa por Pedro Leopoldo e termina na mg 806, em Ribeirão das Neves. É em Ribeirão das Neves, inicia se ao Oeste, marcado aí na cor mais acinzentada, mais para preto. Ela travessa Ribeirão das Neves, atravessa o Contagem e termina na alça de contorno de Betim, onde temos o entroncamento da 262 com a 381. Então são 8 municípios, é interceptados pela alça norte ao Oeste, a extensão total são aproximadamente 70 km, mais precisamente 69,88 km no projeto funcional e 8 km no projeto funcional e não temos aqui representados no mapa, mas temos 11 dispositivo contratual no qual prevê a complementação desse projeto numa segunda etapa, com adicionais 30 km de rodovia, que seriam as alças sudoeste, alça sul. Essas alças, por sua vez, estariam ali, passando, iniciando em Betim, passando por Ibituripe, na região de Barreiro, em Belo Horizonte, e finalizando na Rodovia 40, saída para o Rio de Janeiro. Estamos então na etapa de licenciamento ambiental. É um licenciamento que ele ocorre de forma trifásica, então temos a etapa de licença prévia. Licença de instalação, licença de operação é, atualmente estamos desenvolvendo todos os estudos socioambientais, além do estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ao meio ambiente. Nós temos também todos os estudos de órgãos intervenientes junto ao IEF, ao INCRA, Funai, IPHAN, e demais órgãos que são intervenientes no processo do licenciamento ambiental. Atualmente, estamos na etapa final desses estudos. O estudo de impacto ambiental, ele é um estudo multidisciplinar. Aqui estamos representando as principais temáticas. As temáticas de diagnóstico ambiental que são abordadas no EIA é a que nós temos aqui, como os componentes de fauna, flora, meio físico e o meio socioeconômico. É onde está o componente de povos e comunidades tradicionais. Nós temos então a consultoria Tractebel Engineering, hoje representada pela Luciana Mello, e o Marco Aurélio Drummond é que estão conduzindo um trabalho específico de consulta livre, prévia e informada, visando a consulta livre prévia, informada junto a povos e comunidades tradicionais. Para isso, foi elaborada, concebida uma metodologia tramitada e apreciada aí pela equipe da SEDESE. Vou trazer aqui alguns conceitos e um pouco do resumo dessa metodologia para que nós possamos discutir e receber aí de vocês contribuições críticas e que a gente possa construir esse processo de forma conjunta. Então nós temos a definição de povos e comunidades tradicionais. Nós estamos nos baseando nas definições, tanto do Ministério público de Minas Gerais quanto da organização Internacional do trabalho. A OIT 169 é então o Ministério público de Minas Gerais. Ela define o que são os povos e comunidades tradicionais e a organização Internacional do trabalho. Ela traz ali a nossa obrigatoriedade que é nossa e o procedimento de consulta livre, prévia e informada sobre esse empreendimento que estamos tratando. É o ponto de partida para o nosso trabalho. Foi o mapeamento realizado pela consultoria. É para esse mapeamento nessa área que nós estamos estudando e trabalhando, está sendo considerada a portaria interministerial 60, de 2015, bem como as diretrizes da OIT. Nós conseguimos mapear ali comunidades remanescentes de quilombos, povos e comunidades tradição religiosas ancestral de matriz africana e também povos em um povo indígena. É para o desenvolvimento dessa metodologia, foram consideradas as normativas e as bases legais, e

disponíveis existentes a nível Internacional. Aí temos os decretos federais e a portaria interministerial. E também o decreto estadual e a lei estadual que cria a comissão estadual de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais e a política estadual de povos e comunidades tradicionais. Conheço mapeamento, é desse mapeamento concebido, gente fez um contato inicial e mais pra frente, nós vamos apresentar aqui as principais evidências desses contatos. É esses contatos, então fomentam a participação de povos e comunidades tradicionais mapeados e a partir daí, buscamos o diálogo direto com cada uma dessas comunidades. O objetivo é promover aí um entendimento do assunto. Um alinhamento sobre o tema e aí sim, é caso esse povo que é a comunidade tradicional, possua o protocolo de consulta, que esse possa ser utilizado para dar andamento na CLPI, na consulta livre, prévia e informada. No caso da inexistência do protocolo interno nós estamos disponíveis para apoiá-los tecnicamente na concepção desse plano e do direcionamento para consulta na forma mais adequada dentro das tradições e costumes e efetivando. Dando andamento dentro desse protocolo, o objetivo é a realização do diagnóstico aprofundado sobre esse sobre o componente tradicional para que esse possa ser avaliado e discutido no âmbito do processo do licenciamento, bem como estabelecer as eventuais avaliações de impactos ambientais e as medidas mitigadoras, quando, quando for aplicável. Então todo o processo ele é bastante pautado em diálogo e comunicação. Nós estamos atualmente na parte de diálogo com as comunidades e nas próximas etapas nós temos aqui algumas das ações que estamos desenvolvendo para promover essas reuniões de alinhamento e visando a consulta livre, prévia e informada. Então, num primeiro momento, foram enviadas cartas registradas com aviso de recebimento, então foram endereçadas de forma individual para cada uma das comunidades. Foram devidamente mapeadas pela consultoria. Foi realizada publicação em jornais, periódicos locais e regionais, publicações oficiais no diário oficial, na imprensa oficial e também uma inserção na rádio Itatiaia. O projeto apresenta a empresa e coloca aqui os objetivos. É desse chamamento solicita a manifestação da entidade que está sendo endereçada essa carta, essa correspondência. Foi realizada a publicação em jornal. Foi um formato de chamamento público também em nome do Estado de Minas Gerais. Na publicação da Seinfra. Então, citando ali os municípios de abrangência que entraram em função do raio de 10 km com os devidos telefones de contato. Nós temos aqui então um telefone de contato no final da apresentação. Temos o WhatsApp também um e-mail específico da consulta dentro aqui da concessionária. É essa também é a publicação em jornal que acaba sendo também transmitida pela internet. Aqui nós temos o exemplo do Hoje em Dia e da agência Minas. Então, a notícia um pouco mais visual atrás do que o mapa, e uma informação importante nesse chamamento a gente estabelece ali um prazo de 30 dias para que essa comunidade possa se manifestar, e apresentar aí um interesse desse alinhamento e dessa CLP. E suas publicações oficiais no diário oficial da união e a inserção na rádio Itatiaia, informanda junto aos focos de comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, ciganos, matrizes africanas e outros que estão até 10 km de distância do eixo da Futura rodovia. Para tanto, serão iniciados os contatos com as comunidades ou com as principais lideranças, a fim de realizar em visita e diálogo, a participação de todos é de extrema importância ao projeto. Se você possui alguma dúvida sobre o tema, entre em contato conosco pelo e-mail [consulta@rodoanelph.com.br](mailto:consulta@rodoanelph.com.br) ou pelo telefone 31974-0128 . Porque então, essa é a inserção em rádio, né? A gente chama de spot. Ela ocorreu por alguns dias nos principais programas, nos principais intervalos ali da rádio Itatiaia. As premissas e as diretrizes e os objetivos da campanha visando a CLPE foi criado o QR Code de contato. E as principais canais de contato que já foram mencionados. É atualmente, então estamos, fazendo, os maiores esforços, todos os esforços possíveis, promovendo as reuniões de alinhamento, essas reuniões de alinhamento visam estabelecer, não é as próximas etapas, eventualmente um cronograma ou uma forma de trabalho para que seja diagnosticado a existência ou não de protocolo de consulta. E aí sim é trabalhar com a CLPI e a consulta e o diagnóstico propriamente dito do pct em questão. A consulta, ela tem a premissa, de ocorrer de forma prévia, livre, informada, é dando aí a oportunidade de consentimento. Se essa comunidade aceita ou não empreendimento. E essa CLPI, e ela tem que ocorrer de maneira prévia. Então antes, com tempo suficiente para que as comunidades possam se manifestar dentro do tempo da comunidade. De acordo com o seu protocolo, ela deve ocorrer de forma livre. Com boa fé sem imposições. Ela deve ser informada, então nós temos todo o material informativo sobre o projeto. Nós temos os canais para esclarecimento sobre os detalhes de projeto, e ela vai resultar num consentimento, então todas essas pessoas ou comunidades, que serão afetadas indiretamente ou diretamente. Elas devem se manifestar sobre seu posicionamento com o projeto e cada caso será tratado e as eventuais medidas serão implementadas e discutidas. Então, nós temos como premissa é dentro do nosso trabalho, agir de boa-fé. Elaborar um diagnóstico e respeite o protagonismo das comunidades. Ou seja, dentro de seu protocolo, as comunidades, vão fazer num formato, Nós vamos consultá-los num formato de diagnóstico participativo.

E isso, se dá em função da adequação do trabalho dentro do protocolo de cada comunidade e no caso da comunidade, não possuir um protocolo, a equipe técnica está disponível para apoiá-lo. Se conceber um protocolo específico, é o trabalho coletivo, né? Então, é fundamental, para esse estudo, a participação é fundamental para que a gente consiga ter uma avaliação adequada e um diagnóstico bem feito. Bom, nós vamos encerrando, e até breve aqui, viu Cléver? Para não atrapalhar a rotina da reunião. E gostaria de finalizar aqui com a pergunta se alguém tem alguma dúvida, alguma sugestão? Como foi colocado, é um trabalho que deve ser participativo, que ele é consultivo. Uma consulta é uma oitiva, então toda contribuição, né? É sempre muito bem-vindo, bem como em todos os conselhos relacionados à sociedade e direitos humanos. Quem quiser, por favor, se manifestar, criticar, deixar opiniões e conversar aqui. Respeito se o pessoal da consultoria também quiser abordar alguma questão que talvez eu, eu passei batido aqui por tentar me acelerar um pouquinho e deixo aqui o contato principal, o nosso e-mail. [Consulta@rodoanelbh.com.br](mailto:Consulta@rodoanelbh.com.br). Cléver agradeceu pela explanação e perguntou se alguém quer fazer alguma pergunta, ficou com alguma dúvida. Apresentou a convidada Carla dizendo que é uma especialista em elaboração de protocolos de consulta a Carla Paiva. Ela participou na elaboração maciça, de protocolos de consulta dos povos ciganos. Ela é uma especialista, trabalhou aqui com a gente aqui na Diretoria de Promoção da Igualdade Racial. E hoje está na UEMG, então assim é uma pessoa que vai poder contribuir muito aí com a gente. Voltando a ter acesso ao microfone Carla: Carla, nós estamos no momento de provocação, então nós estamos realizando essas ações de chamamento, e nós estamos iniciando. O Cléver bem comentou ali sobre o protocolo da agência nacional cigana e nós tivemos já a reunião de alinhamento com a com a com ciganos, na divisa Ibirité, Betim, e estamos dando início. Está estabelecendo agora, iniciando ACLPI para os demais grupos. A gente ainda está nessa fase de alinhamento, de promoção dessas reuniões de alinhamento visando estabelecer um fluxo ali que seja adequado para cada uma das comunidades. Então a gente está migrando de uma etapa de chamamento, de alinhamento e aí estamos adentrando dentro do possível. Estamos tentando também agrupar as entidades tanto a nível municipal quanto com é entidades representativas de classe e para, aí sim, aperfeiçoar também, essa execução. Então a fase atual é essa de promoção da reunião de alinhamento e no caso do cigano, especificamente, a gente tem um. Teve o pontapé inicial da CLPI. Carla argumentou: Já começou, então com a comunidade cigana, é você tem quantas consultas previstas? Em quantas comunidades, no total? Henrique respondeu: Olha, o número é, é alto, então, como estamos com esse buff de 10 km hoje estão são 90 mapeados, tá? Nós temos aí a predominância de manifestação de religião de matriz africana, principalmente por estarmos abrangendo as áreas mais urbanizadas. Então temos ali, né? Terreiro se e demais pontos é em Betim Belo Horizonte. A gente acaba adentrando nos bairros aqui residenciais. Carla agrade e Henrique se coloca a disposição para eventuais dúvidas. Cléver pergunta se mais alguém gostaria de estar perguntando, tirando dúvidas ou contribuindo? Fabio diz que gostaria de usar uma pergunta, presidente. Cléver passa a palavra para Fábio, Henrique, obrigado pelos esclarecimentos, eu não sei se eu perdi tudo que foi dito, porque em algum momento eu tive que atender ao telefone aqui urgente, mas se for falado, peço desculpa só porque eu precisava entender como que tem sido feito na prática essas consultas é prévia com as comunidades, em geral, essas comunidades. Elas precisam ir até o local para fazer essas consultas ou é feito um trabalho logo com essas comunidades? Como que tem sido isso? Eu pergunto, porque na última plenária que tivemos no Conepir, uma das questões que foram suscitadas é com relação ao Rodoanel. E com relação a essa consulta prévia em que é. Inicialmente, né? Eu não tenho informações qualificadas, mas está você solicitando que as comunidades fossem até onde deveria ir, sendo que na verdade deveria ser o contrário. Ele deveria ir até as comunidades para fazer essa consulta. Como que tem sido isso na prática, por favor. Henrique diz que a Luciana levantou a mão e acho que ela vai querer responder, mas até adiantando um pouco, é como foi colocado. Nós temos então a reunião de alinhamento que é feita em loco, tá? Então a equipe da Tractebel está mobilizada para, com a devida logística, ir a campo a empresa muito bem estruturada, não é uma empresa a nível multinacional, mas que possui a sede específica de consultoria ambiental. Aqui em Belo Horizonte e tem uma equipe multidisciplinar disponível aí para esse para todo esse trabalho é o mapeamento de campo já foi feito, In loco, então as pessoas conhecem quase praticamente todos os locais e a ideia é que essa consulta seja feita de acordo com o protocolo de cada comunidade. Então, se a comunidade entende que seja lá ou se ela entende que seja num espaço x ou num lugar neutro, ou que seja aqui também na concessionária, isso é a comunidade que vai colocar de acordo com seu protocolo. É no caso da inexistência de protocolo, nós estamos disponíveis para auxiliá-los. A concepção desse protocolo, nós tivemos um caso excepcional de uma casa específica de matriz africana que teve aqui. Teve interesse de conhecer aqui o espaço e ele estava fisicamente próximo, então nós promovemos aqui um encontro, uma reunião de alinhamento é específica com essa, e acabou com pena

azul, se não me engano. Luciana responde a Fábio Boa tarde, é mais para complementar mesmo. Como foi apresentado, aí nas reuniões de alinhamento, de reconhecimento é essa carta que foi um dos primeiros contatos a realizados ele atrás, uma indicação de contato tem apresentado um telefone para que a comunidade entrasse em contato para que a gente confirmasse o mapeamento e a gente tivesse a oportunidade de conhecer quem são as pessoas. Não foi um chamado de apresentação física, né? Foi só um chamado em que a gente faz uma apresentação breve, indica a necessidade de que a gente tenha um retorno para saber quais são os telefones, as pessoas que representam. Para que a gente possa fazer exatamente contato essa comunidade de matriz africana que o Henrique se referiu agora a pouco, foi a primeira que entrou em contato. Foi ela que solicitou. Ela quis ir até o escritório para aproveitar para conhecer o escritório. É isso. Não foi umas Ipi, né? Nós não iniciamos CLPI e como ninguém é como está aí, como foi descrito nessa série PE. Ela é protagonizada pelas comunidades, né? Pelos povos. E comunidades tradicionais a gente tem o andamento é já um pouco mais avançado com a os povos ciganos, que é um povo que já tem um protocolo, né? Que a gente vem tratando, ele já tem. É tratado isso, eles mesmos e todas as reuniões são feitas lá na no acampamento. Os líderes, todas as reuniões são lá e esse momento, inclusive, que ainda não começou a série PE. Eles estão numa fase de discussão interna entre eles. Então, existe um momento em que isso vai ser considerado um CLP e não é agora, né? Essa tratativa é dita por eles. E aí, seu acompanhamento que a gente tem feito. Acho que eu respondi tudo, tiver passado alguma coisa assim. Fábio finalizou. É, respondeu, sim, obrigado, Henrique Luciana. É só reforçar. Talvez essa necessidade, já que está em âmbito de planejamento, de considerar isso é no sentido de ir até as comunidades do que na verdade esperar que essas comunidades venham. Não é qualquer eventual organizador dessa consulta, é uma solicitação feita em plenário Na última reunião. Luciana retoma a palavra. O Fábio, completando e tentando responder a sua angústia, é, nós desenvolvemos internamente a estratégia de nos alinharmos com as secretarias de desenvolvimento social dos municípios envolvidos com as secretarias de cultura e para aqueles que têm associações de comunidades, está o da igualdade racial para que sejam esses interlocutores para a gente. Para que justamente a gente não tenha que bater na porta de ninguém a viola-los de maneira de se sentirem invadidos antes de qualquer tratativa para que isso não se passe por um processo de atropelamento. Então, num primeiro momento, nós entramos em contato com essas Secretarias, pedimos para poder validar o mapeamento e de tentar nos apoiar no sentido de identificar outras que o nosso trabalho de campo não havia conseguido fazer. Isso tem sido feito ainda um trabalho dinâmico. Nem todas as secretarias nos respondem né? Cada uma tem o seu tempo de fazer. E naquelas estabelecendo os contatos, já tivemos tratativas de que não existe formalmente nenhuma comunidade no seu raio de ação. Estamos protocolando isso pra que isso até nos assegure nesse processo de que não foi a tentativa de localizá-los muito antes, pelo contrário. E para aqueles que já temos a localização, são os tentando fazer uma parceria com essas lideranças municipais. Tanto a comissão de patrimônio, a comissão de igualdade racial, como tem como será previsto numa, é numa pauta pública ser colocado pela comissão de igualdade racial. No município de Santa Luzia nós vamos até lá fazendo uma reunião de alinhamento com todas as lideranças. Não é uma série, é uma. É um alinhamento para falar se a gente dá a intenção nossa, de aplicar essa série. Então, em princípio, não precisariam ser o número de terrenos. Se eles de repente se organizarem, se aceitarem e se organizar entre municípios, se houver essa compatibilidade, essa facilidade, esse interesse deles, eventualmente a gente pode fazer uma série BE indicando essas comunidades tradicionais a partir dos seus municípios de locação de referência, tá? Não sei se me fiz entender, Fábio, estou disposição, obrigado. Essa é uma demanda que partiu das próprias comunidades atingidas, que foi discutido na última reunião. Então, se eu preciso colocar, é nesse lugar de fala de quem foi. É só uma Transmissão mesmo de uma demanda que foi apresentado por essas comunidades atingidas é e repassando para vocês que acaba que a gente coaduna com essa preocupação também, tá só essa, só esclarecimento mesmo. Existe um conjunto aí de comunidades que quer né? Estão preocupados com isso. E a gente repassa isso enquanto uma solicitação enquanto conselho, somente isso pra complementar, mas obrigado pelos esclarecimentos. Aaron responde ao Fábio: O Fábio, apesar da colocação, aí também assim não é. A gente está aceitando ajuda aqui também para contato. Está, se você souber das comunidades atingidas, Tiver conhecimento e puder nos indicar né? Quem procurar onde procurar? A gente está à disposição aqui. Clever retoma a palavra. Então, gente, está nesse pé? Nós tivemos lá em Ibirité, no acampamento dos ciganos. A solicitação da Val de não aí do Itamar que é o presidente da agência nacional, esse pedido que a gente fosse lá pra gente explicar para eles o que estava acontecendo, que uma que era essa questão aí do ofício, sabe? Então vamos lá que eu resolver dessa reunião, a gente conseguiu elaborar com eles o plano de consulta, então estou acabando de digitar aqui o plano de consulta que foi discutido com eles lá ontem. Pegamos o protocolo de o programa, o protocolo de

consulta, conversamos com eles, pegamos o protocolo deles e no protocolo deles, elaboramos já um plano de consulta com prazos, com Datas para a realização da própria consulta em si. A gente também está auxiliando a Seinfra nesse caminhar. E tem também, né? Como foi bem dito aí pelo que foi pelo Drummond, que está conversando com os municípios, as secretarias municipais de cultura de Belo Horizonte. Nós temos que é o departamento de promoção da igualdade racial e na cota que Samdemo é a diretora de lá que está muito de olho nisso. Por conta que ela é de matriz africana em Contagem, nós temos o João Pinho, que também é de terreiro, de guarde congado, e também é de quilombola, é em Betim. Nós temos o Janaúba e temos a Iracema, que é presidente do conselho, é de terreiro, então assim as coisas estão caminhando estão encaixando. Então acho que esse diálogo que a gente já tem com os gestores municipais e presidente do conselho da igualdade racial está sendo uma abertura e está facilitando. Está nos ajudando, a caminhar para conseguir a localização dessas comunidades tradicionais aqui da região que será afetada, pelo Rodoanel. Então, gente, é muito importante a contribuição dos conselheiros, caso saibam onde tenha uma comunidade e percebam que não está nessa lista. Depois, para disponibilizar a lista que foi levantada pela Seinfra, a gente pode disponibilizar aqui e, caso sintam falta de alguma, a gente pode também estar indo atrás, juntamente com o próprio conep. A gente vai estar sempre caminhando juntos pra gente fazer um bellissimo trabalho, pra gente fazer um trabalho aí que vai garantir dos direitos dos povos tradicionais. É a primeira vez que o estado de Minas Gerais vai realizar consulta. Então, assim, para nós também é novo. Os povos tradicionais são novos. Carla, vamos colocar em prática aquele protocolo de consulta dos ciganos, que vai servir de modelo para os demais povos, né? Então, assim, eu estou sendo. Se muita expectativa sabe, eu estou muito esperançoso, estou muito sendo muito positivo nessa nesse caminhar nosso aí. Aaron Duarte Dalla (SEINFRA) agradece o convite de participação. Cléber agradece as suas palavras. A gente quer fazer aqui, desse, desse nosso estudo aqui, um caso de sucesso que vai ser modelo aí para o nosso país, não é? Então a gente tem essa oportunidade para um projeto grande e contamos aí com qualquer ajuda. É muito bem-vinda. E obrigado, mais uma vez pelo espaço. Cléber, de acordo com o presente, que, como eu disse, de acordo com a apresentação, que foi feita, de fato, é a consulta. Parece que vai correr exatamente dentro da dos conformes, né? Do que a gente já consolidou no estado, que seria o adequado. De acordo com a OIT 69, e tudo é só algumas observações, mesmo. Coisas que, enquanto vocês vão falando, a gente encontra a comunidade vai pensando é se a medida sendo implementadas para garantir que as decisões tomadas respeitem os direitos dos povos e comunidades tradicionais, porque é que nem o Ciro comentou no chat. É que foram apresentados muitos benefícios, né? É, tem muita coisa boa sendo esperada com a implementação do Rodoanel. Mas quais são os impactos e riscos nas piadas? Isso é importante dizer também é, e nós não. Pelo menos eu não consegui identificar. Eu vi realmente só os benefícios. Então é importante a gente pensar, estamos realizando essa consulta. Se houver, é negativas. Estamos preparados para elas, né? Como que vocês têm pensado? Essa mediação é se, por acaso, houver alguma questão que estou impeditiva, né? Que alguma comunidade colocar é como impedimento. Isso vai ser respeitado. Então eu falo com as questões que a gente precisa também se preparar que podem ocorrer durante o processo de consulta, porque às vezes a gente apresenta tudo. É, de acordo com o cenário esperado, não necessariamente pode corresponder a isso é. E quais são os mecanismos? Por exemplo, vocês já começaram com a consulta. Comunidade cigana, onde isso está sendo registrado? É, e por quem está sendo registrado e está disponível, não é? Para que eles possam acompanhar todas as etapas do processo de consulta. A gente poderia acessar essas informações para acompanhar o processo de consulta. Esses compromissos assumidos, em que as artes onde acompanhar cumprimento missas é isso, Eu acredito que, como estamos na fase inicial. São muitas outras questões vão surgir no futuro, mas por hora, é isso que a gente precisa, começar a refletir aí, se vocês já tiverem previsto, nós gostaríamos de saber, obrigado. Maria dos Reis Guilhermina de Jesus (SEDE) se apresenta como convidada. Eu queria, sim, saber se tem a oportunidade, de fazer a reunião assim. Cléber responde: As reuniões acontecem quando nos convidam, acontece na comunidade deles, no acampamento cigano. É quando nos convida nós fizemos uma reunião com eles e nós fomos até lá na comunidade lá, Ibirité. Maria dos Reis faz uma observação: nossa então isso é interessante, porque eu acho assim que é muito importante fazer mesmo assim. Maria dos Reis passou seu contato de e-mail para que Henrique a mantenha a par das próximas reuniões Carla perguntou a Henrique - com base em uma pergunta aqui no chat, É que a apresentação foi focada aqui nos benefícios e se foram mapeados os riscos e impactos. Quais são? Eles são avaliados? É nós temos então o estudo de impacto ambiental que foi desenvolvido pela Tractebel. Então é um estudo que segue um termo de referência da fiança e ele é considerar. É nesse estudo são consideradas todas as atividades tanto na implantação quanto da operação. Até mesmo do planejamento, e qual seria o seu desdobramento? É sobre o meio ambiente, sobre a sociedade, então está muito bem redigido dentro da

metodologia de avaliação de impacto. Utilizamos aqui usualmente e em função desses impactos, nós temos as respectivas medidas mitigadoras e programas de controle ambiental. Então é um estudo bem robusto, bem denso. De acordo com o termo de referência da fiança. E lá estarão, né? Ele está em fase final, então ele ainda não foi a público e assim que ele estiver, nós teremos todas essas. É esse desdobramento, esse detalhamento. E sobre os impactos ambientais, tanto os positivos quanto os negativos e as obrigações que competem a concessionária para mitigar, para eliminar ou para minimizar os impactos negativos. Luciana (TRACTEBEL – (BRAZIL) só para completar sobre essa questão que é lembrando que no caso dos povos e comunidades tradicionais o diagnóstico, ele vai ocorrer junto com as comunidades, a partir das IPI. Então vai ser neste momento que os impactos serão tratados, identificados juntos com a comunidade, bem como as medidas instigadoras. Atendendo desse processo junto com as comunidades tradicionais. Então, como a gente está aqui, muito focado na questão dos povos e comunidades tradicionais, estes impactos específicos eles serão tratados no âmbito de cada comunidade, porque cada uma tem suas, a sua cultura, a sua condição e a forma de avaliação com que isso vai ter interseção com um empreendimento. Henrique conclui perfeito. Obrigado, Luciana. Eu acabei respondendo de forma genérica, né? Entendi que a pergunta fosse para o todo, mas de fato, a gente tem esses 2 caminhos a percorrer, né? Esse trabalho participativo, que vai ser na CLP. Eu acredito que vocês vão ter aí os impactos é gerais e os específicos não é que vocês vão identificar junto com os povos e comunidades tradicionais. Mas é esses gerais que já vão ser levantados por vocês é importante que eles já tenham conhecimento também, né? Porque quando a gente chega na comunidade, só mostra o lado positivo. Então é importante vocês já apresentarem os impactos preliminares que já identificarem? E a partida, aí começaremos a trabalhar nas especificidades dos povos e comunidades tradicionais que eles mesmos, né? Estão aptos a dizer em que eles vão ser impactados ou não. Henrique - BHR perfeito, é a abordagem da consultoria ela é bem ampla, né? Ela tenta resumir toda aquele diagnóstico igual. Coloquei para vocês, não é de diversas disciplinas, né? Que é flora, fauna, meio físico e com a especificidade da socioeconômica, e agora é apenas com o estudo aprofundado que a gente chama de dados primários, né? De dados de campo é que esse impacto específico sobre aquela comunidade vai poder ser concebido e de forma Participativa. Como a Luciana colocou, então a equipe, né? Conhece melhor do que qualquer um, todo o estudo de impacto ambiental. E eles estarão dispostos ali, apresentá-lo e discuti-lo de forma bem aberta ali, a cada uma das comunidades. Outra pergunta da Carla, foi a respeito da documentação, então, no trâmite da metodologia, é? Todas as ações são evidenciadas, então é a concessionária consultoria, principalmente eu estamos é tomando todas as medidas para evidenciar todas as ações. Então, todas as publicações, elas foram registradas, é tudo o que diz respeito, né? As cartas foram enviadas com aviso de recebimento. É, enfim, a rádio. A gente tem aqui, salvo esse formato de áudio e também as comprovações. Que foi o que foi realizado e, principalmente, né? Geração de atas de reunião é quando é possível autorizado o registro fotográfico, né? A gravação de áudio, quando do consentimento da outra parte. Então isso tudo vem sendo é digitalizado e disponibilizado em pastas internas. E nós temos também uma tramitação específica com a Seinfra, que de tempos em tempos, né? Carla Carneiro sugeriu se não seria possível termos um site, uma página, algum lugar onde a ata destas reuniões e das consultas, possam ser disponibilizadas a todos os envolvidos? Sofia Chaves Cardoso Eleutério (SEINFRA) até mesmo Luciana sei o que você acha, mas eu entendo que possa ser possível a gente divulgar nesse momento, acho que o protocolo em si, né? Depois que a consulta tiver realizada, OK, mas essa divulgação ela deveria ser autorizada pela comunidade, mas na oportunidade, acho que Henrique quiser me complementar na figura da Seinfra ou da própria concessionária de mostrar mesmo essas atividades que estão sendo feitas, né? Igual a gente apresentou aqui para vocês, mas colocar isso no meio digital, também, público? Então, assim não, talvez a não as reuniões, mas todas essas ações que vêm sendo executadas pra gente pensar, aí sim. Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva Perfeito, perfeito, eu acho que é uma estratégia. A intenção no caso é deixar transparente todo o processo de consulta, todas as etapas é que estão sendo seguidas. Cléber Alves Machado Mas alguém? Atribuições, dúvidas. Bom, eu acho que a gente conseguiu superar todas as dúvidas e contribuições, né? Aí, Sofia, é agradecer você, Henrique, Luciana, o Drummond, Márcio, Marco Dumont, pela presença de vocês, pelas contribuições que vocês vieram aqui, trazendo pra gente aí nos dados às informações acerca de como é que está sendo conduzido as situações acerca do projeto do Rodoanel, bem como o que está estão sendo feito e também realizado com os diálogos, né? Com os povos como tradicionais afetados pelo Rodoanel, a gente coloca a disposição esse conselho se vocês precisarem. Sofia Chaves Cardoso Eleutério, em nome aqui da ciência também agradeço o espaço na figura do Cléber e estamos aí à disposição. Acho que é um trabalho que está sendo construído com muita cautela, mas também com muito respeito e tentando buscar a maior segurança. Não é para a comunidade e contem com a gente. Aí, qualquer dúvida, continuamos aí com o canal aberto e tão

logo a gente faça essas atualizações que a gente conversou aqui e a gente encaminha para o Cléber para ele repassar para vocês também. Muito obrigada, um abraço e boa tarde. Cléber Alves Machado diz que o segundo ponto de pauta, é o racismo na saúde mental. Participação da coordenadora e especialista em política e gestão de saúde mental no estado de Minas Gerais. Tainara lamentavelmente, passou a mensagem para gente dizendo que não está se sentindo bem. Então essa pauta vai ficar pra próxima plenária. Nós vamos encerrar por aqui a nossa reunião plenária. Agradeço imensamente a presença de todos os conselheiros convidados e até o mês que vem. A convidada Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva manifesta fazendo um pedido para inserção de pauta em reunião, é aqui UEMG e nós estamos com a construção de um programa de bolsa permanência para povos e comunidades tradicionais, e gostaríamos de apresentar a vocês e até colher sugestões do Conselho para a resolução que e para o nosso primeiro edital de abertura. Encerramento: O presidente Cléber, indaga se alguém deseja fazer mais algum encaminhamento. Encerrada a reunião. Horário do termino: 15horas 26minutos



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Alves Machado, Diretor(a)**, em 03/04/2024, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara de Castro Dias, Servidora Pública**, em 05/04/2024, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Alves Batista, Diretora**, em 05/04/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogeria Maria Alves Borges Rodrigues, Servidor(a) Público(a)**, em 10/04/2024, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ciro César de Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 11/04/2024, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor(a) Público(a)**, em 25/04/2024, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luisa Evangelista da Silva Faria, Usuário Externo**, em 29/04/2024, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karla Ribeiro da Silva, Secretária**, em 29/04/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helen de Oliveira Nunes Barros, Servidor(a) Público(a)**, em 29/04/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eunice Ferreira Gama, Usuário Externo**, em 29/04/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **84272918** e o código CRC **36B2B76E**.

---

**Referência:** Processo nº 1480.01.0001572/2024-09

SEI nº 84272918